

Resposta à recensão de Joaquim Aguiar «O discurso do eleitorado»

Este texto é uma resposta àquelas que considero serem as principais questões levantadas pela recensão de três livros de que sou autor (*Modelos de Comportamento Eleitoral, Uma Breve Introdução Crítica*, Oeiras, Celta, 2001), co-autor (*A Abstenção Eleitoral em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002), e co-editor/co-autor (*Portugal a Votos — As Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004).

Em primeiro lugar, gostaria de saudar Joaquim Aguiar, agradecendo a atenção prestada às três obras, bem como os comentários apresentados. Um dos indicadores de que uma determinada área de estudos começa a atingir uma certa maturidade é o surgimento de debates e controvérsias entre os estudiosos. Vejo, por isso, os comentários de Joaquim Aguiar como um ponto bastante positivo no sentido da maturação da área dos estudos eleitorais, que, sendo uma área *mainstream* ao nível das sociedades mais desenvolvidas da nossa área geocultural, está ainda relativamente subdesenvolvida entre nós.

QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Uma primeira crítica diz respeito à lógica individualista das perspectivas teóricas apresentadas em *Modelos de Comportamento Eleitoral*, as quais são depois utilizadas nos outros dois livros. Diz-nos Joaquim Aguiar: «O que é eficaz na interpretação de uma eleição isolada, de um ponto numa série, não serve para interpretar a série das eleições, o movimento ou a dinâmica eleitoral [...] O mesmo tipo de dificuldade aparece na análise dos compor-

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

tamentos dos eleitores, conforme se considera o eleitorado agregado (porque são as concentrações dos grandes números que determinam as possibilidades da formação do poder democrático) ou se considera o eleitorado na sua singularidade e com as suas motivações individualizadas (que são circunstanciais e emocionais, dependentes da sua experiência mais recente).» E mais à frente conclui sobre os três modelos do comportamento eleitoral supostamente¹ utilizados (sociológico, sociopsicológico e económico): «Qualquer destes três modelos tem capacidade para gerar informação que permite identificar e interpretar comportamentos eleitorais e, nesse sentido, nenhum pode ser liminarmente rejeitado. No entanto, os três estão centrados na óptica do eleitor e não na óptica do eleitorado. A unidade de análise que consideram é o sujeito eleitor (com os seus referenciais de posição social, de motivações e de expectativas ou de racionalização dos seus interesses) e não o colectivo eleitorado (mas os resultados eleitorais relevantes, os que determinam a formação do poder, são gerados pelos grandes números, pelas concentrações dos votos individuais).»

É verdade que são os resultados eleitorais agregados que determinam a formação do poder. Assim como é impossível não reconhecer que há não só «uma história das eleições», mas também «uma história da interpretação das eleições» (isto é, a que resulta da interpretação dos resultados eleitorais pelos comentadores e, sobretudo, pelos actores políticos que concorrem pelo poder). Considero mesmo esta «interpretação das eleições» vital para o funcionamento dos sistemas políticos democráticos. Porém, do ponto de vista do estudo empírico dos comportamentos eleitorais, é absolutamente necessário reconhecer que o comportamento eleitoral é fundamentalmente um acto individual, ainda que social, política e institucionalmente enquadrado, e com consequências para o todo social. São os indivíduos que têm preferências em matéria de políticas públicas, são eles que avaliam a oferta em cada eleição (o desempenho do governo cessante, as propostas dos diferentes partidos, os candidatos em presença, etc.) e, finalmente, são os eleitores individuais que se deslocam ou não às urnas e que votam ou não em determinados partidos/candidatos. Ou seja, o «eleitorado» enquanto entidade é uma ficção. Por isso, os estudos científicos do comportamento dos eleitores têm sido feitos fundamentalmente a partir dessa perspectiva, tal como é referido no livro *Modelos de Comportamento Eleitoral*. Mais, ao contrário do que diz Aguiar, estas abordagens têm sido usadas quer para estudos sincrónicos, quer para estudos diacrónicos². A «interpretação das

¹ Digo supostamente porque são referidas outras abordagens em *Modelos do Comportamento Eleitoral* (as «teorias sobre as novas clivagens»), as quais são também testadas nos outros livros.

² V., entre inúmeros exemplos possíveis, Mark Franklin *et al.* (orgs.) (1992), *Electoral Change. Responses to Evolving Social and Attitudinal Structures in Western Countries*,

eleições», no sentido que parece atribuir-lhe Aguiar, tem sido sobretudo feita pelos *mass media*/comentadores e pela classe política, o que não lhe retira por isso nenhuma dignidade. Agora, seja por comentadores, políticos ou académicos, a «interpretação das eleições» não pode basear-se nunca apenas nos resultados eleitorais agregados, sob pena de ser eminentemente especulativa, e terá toda a vantagem em considerar também a informação existente sobre as preferências, avaliações e comportamentos dos eleitores individualmente considerados, isto é, daqueles que efectivamente votam e assim escolhem os representantes e o governo.

Conforme disse atrás, considero que o «eleitorado» enquanto entidade é uma ficção. Logo, a ideia de «o discurso do eleitorado» é também uma ficção. Quando muito, existe em cada eleição uma pluralidade de discursos dos eleitores, os quais resultarão sempre da agregação de preferências e de comportamentos individuais similares de vários segmentos do eleitorado. Mais, a pluralidade de discursos do eleitorado em cada eleição será ainda mais plural em várias consultas eleitorais: os diferentes segmentos do eleitorado tenderão a posicionar-se de modo diverso consoante os dados da conjuntura associados a cada eleição vão variando.

A outra crítica que reputo mais relevante do ponto de vista teórico-metodológico é a seguinte. Retomando a crítica de Giovanni Sartori aos modelos sociologistas da política («uma sociologia da política»), e defendendo modelos politológicos da política («uma sociologia política»)³, diz-nos Aguiar: «Terminadas as sugestões que estes três livros motivaram, a síntese destas notas pode ser apresentada como estando centrada na escolha do plano de análise, o plano superficial das formas ou o plano profundo das realidades. Na perspectiva da sociologia da política, é a interpretação das condições expressas pelos diversos grupos sociais que determina o que podem ser as acções políticas, o que legitima uma posição analítica que parte das formas e das expressões literais desses grupos sociais para estudar as trajectórias políticas. De modo diferente, na sociologia política é necessário explorar simultaneamente o modo como os partidos e os protagonistas políticos são condicionados pela sociedade e pelos seus grupos de interesses e o modo como a sociedade, na expressão das suas expectativas e na formulação dos interesses dos seus grupos, é condicionada pelos partidos, pelos protagonistas políticos, pelos seus programas e pelos seus discursos. No essencial,

Cambridge, Cambridge University Press, Terry N. Clark e M. Lipset Seymour (orgs.) (2001), *The Breakdown of Class Politics. A Debate on Post-Industrial Stratification*, Baltimore, The John Hopkins University Press, e P. Nikiforos Diamandouros e Richard Gunther (orgs.) (2001), *Parties, Politics, and Democracy in New Southern Europe*, Baltimore, The John Hopkins University Press.

³ Giovanni Sartori, «From the sociology of politics to political sociology», in Martin Lipset Seymour (org.), *Politics and the Social Sciences*, Oxford University Press, 1969.

estes três livros são exemplos de sociologia da política, mas a crítica e as sugestões que motivaram inserem-se na perspectiva da sociologia política. Parecem perspectivas próximas, mas, de facto, permitem ver objectos de análise muito diferentes.»

Pessoalmente, também considero que a perspectiva da «sociologia política» (hoje diríamos uma perspectiva mais politológica, isto é, que incorpore as considerações sobre a oferta política nos modelos para a explicação dos comportamentos e atitudes políticas dos eleitores) é bastante mais interessante do que a da «sociologia da política». Aliás, eu próprio recorro a ela para interpretar alguns dos resultados que encontrei, nomeadamente o baixo nível de «voto por temas» (v. o capítulo 4 do *Portugal a Votos*, sobretudo as «conclusões»): «[...] Sendo assim, o caso português aponta para a importância primordial das condições políticas perante as condições socioestruturais. Ou seja, o facto de os partidos não apresentarem propostas políticas suficientemente claras aos eleitores parece ser mais importante do que as tendências estruturais em termos da evolução do perfil social e psicológico dos eleitores (níveis mais elevados de mobilização cognitiva), bem como dos níveis muito baixos de ancoragem social do voto (*Portugal a Votos*, p. 188).» E nos dois parágrafos seguintes (pp. 188-189) apresento alguma evidência empírica comparativa para sustentar esta tese. Porém, com um estudo centrado numa só eleição e num estudo de caso (*Portugal*) a incorporação de informação empírica sobre a oferta partidária só pode ser feita a nível descritivo ou meramente para interpretar os resultados, como fiz. Penso a que incorporação de informação empírica sobre a oferta partidária e outros dados contextuais (sociais, políticos e institucionais) é uma via que deve ser prosseguida no futuro, combinando dados sobre as atitudes e comportamentos dos eleitores e dados sobre a oferta, mas tal carece necessariamente ou de uma análise comparativa⁴ (que já é possível fazer) ou de uma análise longitudinal (que só a repetição de inquéritos eleitorais em diferentes eleições portuguesas permitirá, e que não existia quando analisámos as eleições legislativas de 2002...)»⁵.

⁴ Nesta linha, sugerida como tópicos de uma nova agenda de investigação em *Modelos do Comportamento Eleitoral* (p. 144), v., por exemplo, Pippa Norris (2004), *Electoral Engineering: Voting Rules and Political Behavior*, Cambridge, Cambridge University Press, André Freire, Marina C. Lobo e Pedro Magalhães (2005), «Left-right and the European Parliament vote in 2004», comunicação apresentada no encontro anual da American Political Science Association (APSA), 1 a 4 de Setembro, Washington, DC, DIVISION 36-12 (Co-sponsored by DIVISION 15-21): *Elections and Voting Behaviour*.

⁵ Nesta linha, v., por exemplo, André Freire e Marina C. Lobo (2005), «Economics, ideology and vote: Southern Europe, 1985-2000», in *European Journal of Political Research*, vol. 44 (4), pp. 493-518, e Jacques Thomassen (ed.) (2005), *The European Voter. A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford, Oxford University Press. Este último

QUESTÕES METODOLÓGICAS

Uma questão que perpassa o comentário de Aguiar aos livros em análise é a do confronto entre dados individuais (isto é, recolhidos sobretudo através de inquéritos) e dados ecológicos/agregados (isto é, dados que geralmente resultam da agregação de características e comportamentos individuais ao nível de unidades espaciais — concelhos, distritos, país, etc. — e por vezes são repetidos ao nível de diferentes eleições), ou seja, a opção do estudo dos comportamentos eleitorais preferencialmente através de inquéritos ou preferencialmente através de dados agregados. Diz-nos Aguiar: «Se não é possível ter uma resposta definitiva para as vantagens e inconvenientes das análises agregadas dos resultados eleitorais e das análises individualizadas dos eleitores por inquérito, é possível argumentar que a utilização exclusiva de um dos métodos não é uma solução adequada. E, mesmo que se possam usar os dois métodos sem limitações, há uma restrição que deve ser satisfeita: a prioridade deverá ser dada à análise dos resultados agregados, porque este é o dado material a que todas as outras informações se subordinam.»

Quanto à combinação de diferentes metodologias (dados individuais e dados agregados; inquéritos e estatísticas oficiais; abordagens quantitativas e qualitativas; dados sobre os eleitores e dados sobre o sistema político e a oferta partidária; etc.) como a forma mais adequada de analisar as eleições e os comportamentos eleitorais, não posso estar mais de acordo (tal combinação é, aliás, efectuada no livro *A Abstenção Eleitoral em Portugal*). Pelo contrário, discordo de que a primazia seja dada aos dados agregados. Ou seja, claro que os dados oficiais são informações básicas a ter em conta e são o ponto de partida, mas, se queremos avançar algo mais na compreensão dos comportamentos dos eleitores (que, como disse acima, são sobretudo actos individuais) e na interpretação do resultado das eleições, então partir do indivíduo enquanto unidade de análise parece-me imprescindível (embora considerando os indivíduos social, política e institucionalmente enquadrados). Além disso, a metodologia ecológica (isto é, baseada em dados agregados) é extremamente falível⁶. Por isso, mantenho integralmente as cautelas

estudo capitaliza com a acumulação longitudinal de inquéritos académicos sobre as atitudes e comportamentos dos eleitores para estudar o impacto das diferentes condições sociais, políticas e institucionais (específicas para cada eleição em cada país) sobre as atitudes e comportamentos dos eleitores. Tal só foi possível porque aquilo que em Portugal só começou em 2002 já tem um vasto lastro temporal na Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda, Dinamarca, Suécia e Noruega — tais inquéritos regulares iniciaram-se por volta dos anos 1960-1970.

⁶ V. J. Klatzmann (1966), «Comportement electoral et classes sociales», in R. Boudon e P. Lazarsfeld (orgs.), *L'Analyse empirique de la causalité*, Paris, Mouton, L. I. Langbein e A. J. Lichtman (1978), *Ecological Inference*, Newbury Park, Sage, e G. King (1997), *A Solution to the Ecological Inference Problem: Reconstructing Individual Behavior from Aggregate Data*, Princeton, Princeton University Press.

expressas quanto às inferências a retirar, por exemplo, dos efeitos políticos da abstenção eleitoral baseadas apenas em dados agregados e que parecem surpreender Aguiar: «A análise da abstenção nos referendos de 1998 confirma que a abstenção não é homogénea, incidiu de modo assimétrico nos partidos proponentes (PCP e, sobretudo, PS) e nos partidos opositores (PSD e CDS/PP). Contudo, os autores mantêm as suas dúvidas quanto à possibilidade de clarificar a interpretação da evolução da abstenção nas eleições legislativas porque há muitos factores a controlar: ‘a entrada de novos eleitores, a morte de alguns eleitores, a transferência de votos entre partidos, as transferências entre a abstenção e o voto, transferências de votos que se anulam em termos líquidos — e a melhor maneira de o fazer é através de inquéritos de painel’ (p. 106)».

Aliás, a grande importância que dou (penso que os meus colegas partilham também esta posição) às informações sobre as preferências, atitudes e comportamentos dos eleitores individualmente considerados, as quais só podem ser recolhidas através de inquéritos (ou entrevistas), explica a escolha do estudo de uma única eleição legislativa, a de 2002, em *Portugal a Votos*. Foi nesta data que foi feito o primeiro inquérito pós-eleitoral de âmbito académico, permitindo assim que Portugal acertasse o passo com as democracias da nossa área geocultural, que já o fazem há várias décadas, e deste modo ancorar empiricamente as interpretações sobre as eleições e os comportamentos dos eleitores portugueses.

Uma outra questão levantada sobre o livro *A Abstenção Eleitoral em Portugal* tem que ver com o período temporal analisado. Diz-nos Aguiar: «Contudo, é preciso ter em conta que as últimas eleições legislativas consideradas neste livro são as de 1999 [...] Do ponto de vista da oportunidade da análise, o período escolhido não foi o mais relevante. Do ponto de vista do objecto da análise, esta alteração na curva da abstenção confirma a delicadeza da escolha do foco de observação, o ponto ou o movimento, uma eleição ou uma série de eleições. A diminuição da abstenção em 2005, depois de já se ter esgotado o efeito da correcção dos cadernos eleitorais nas eleições de 2002, confirma a hipótese de que uma percepção mais nítida da crise política tem como efeito o aumento da participação eleitoral.» Embora pertinente, esta crítica é completamente despropositada, a não ser que Aguiar não tenha reparado na data do livro... mas deveria tê-lo feito... (e, apenas para o argumento referente às eleições de 2002, deveria talvez ter perguntado aos autores sobre o período em que o livro acabou de ser escrito, já que os conhece e estes são acessíveis). O livro acabou de ser escrito no final de 2001 e só assim se conseguiu que chegasse às bancas em Junho de 2002 (como consta do livro). Nenhum ser humano conseguiria analisar eleições que ainda não tinham, isto é, a sua data de edição, tido lugar.